

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3065864820210511021208

Processo 0817797-12.2020.8.23.0010 ☆ - (300 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais   Informações Adicionais   Partes   Movimentações   Apensamentos (0)   Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado   ☐ Servidor   ☐ Advogado   ☐ Membro MP   ☐ Defensor   ☐ Procurador   ☐ Outros   ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos   ☐ Sem Arquivo   ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado   ☐ Advogado NPJ   ☐ Entidades Remessa   ☐ Magistrado   ☐ Procurador   ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):   ao   Data do Movimento(Período):   à   Descrição:

86 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 86

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	86	11/05/2021 02:12:08	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (26/04/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	86.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2737128CONTRARRAZOESDERECURSO01.pdf
			Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/04/2021 com prazo de 15 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (26/04/2021) e ao evento de expedição seq. 83.	
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
		(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A	
		*Referente ao evento (seq. 75) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (18/03/2021) e ao evento de expedição seq. 76.	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (26/04/2021)	
	82	26/04/2021 12:07:08	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (18/03/2021)	
		EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	
		Referente ao evento (seq. 75) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO(18/03/2021 18:06:39). Identificador do Cumprimento: 0004	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 05/04/2021 com prazo de 15 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 75) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (18/03/2021) e ao evento de expedição seq. 76.	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de ANTONIO ADACIR MURUSSI DE OLIVEIRA JUNIOR) em 05/04/2021 com prazo de 15 dias úteis	
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
			Wallyson Barbosa Moura



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**PROCESSO: 08177971220208230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO ADACIR MURUSSI DE OLIVEIRA JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,  
Pede Juntada.

BOA VISTA, 6 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**

**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**

**101-B - OAB/RR**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR**

**Processo n.º 08177971220208230010**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: ANTONIO ADACIR MURUSSI DE OLIVEIRA JUNIOR**

**CONTRARRAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

**DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA**

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante, pois considerou que ‘a concessão do seguro nesta hipótese encontra barreira no próprio fato narrado em boletim, suposto “racha”. O direito a indenização não pode ser reconhecido com origem em suposto ilícito com a agravação do risco.”

*Data máxima vênia*, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – ATO ILÍCITO**

No presente caso, a parte autora requer o seguro DPVAT em razão de acidente de trânsito ocorrido em 06/10/2019, onde alega ter sofrido grave fratura no membro superior, onde apresenta sequelas onde limitam os movimentos da parte apelante.

Ocorre que o acidente aconteceu durante uma prática de ato ilícito, neste caso, a prática de manobras perigosas, direção na contramão e disputa de racha, se tratando de grave infração de trânsito, conforme art. 308 do CTB. Desta forma, conforme entendimento do STJ, não há que se falar em direito à indenização à vítima causadora da ação uma vez que a prática do ilícito, torna nulo o contrato de seguro e, por essa razão, não haverá pagamento de indenização.

A legislação e jurisprudência entendem que o agente do ilícito não pode se beneficiar da própria torpeza e que não são gerados direitos lícitos com fundamento em atos ilícitos.

Assim, no presente caso, não há cobertura do seguro DPVAT.

Desta forma, requer a manutenção da d. Sentença de improcedência pela ausência de cobertura ante o ato ilícito.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

**Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na 101-B - OAB/RR, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO ADACIR MURUSSI DE OLIVEIRA JUNIOR**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08177971220208230010.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819